

---

## **Análise do *impeachment* de Dilma Rousseff nas revistas de notícias<sup>1</sup>**

Gabriela Sanfins RODRIGUES<sup>2</sup>

Natália Maria de Oliveira MAGALHÃES<sup>3</sup>

Sara Cristina Rodrigues FLORENCIO<sup>4</sup>

Ivete Cardoso do CARMO-ROLDÃO<sup>5</sup>

Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP

### **RESUMO**

Este artigo tem como proposta analisar como foi realizada a cobertura pelas revistas CartaCapital, Época, IstoÉ e Veja do *impeachment* do governo de Dilma Rousseff, que aconteceu no dia 31 de agosto de 2016. A cobertura do *impeachment* foi fortemente criticada pela imprensa internacional, uma vez que, aos olhos de quem se posiciona contra o *impeachment* e o considera um golpe ao Estado, a cobertura do acontecimento não se deu de forma imparcial. Diante desta problemática, a pesquisa tem o intuito de analisar a cobertura.

### **PALAVRAS-CHAVE**

*Impeachment*, Dilma Rousseff, revistas de notícia

### **Introdução**

Este artigo tem como objetivo analisar a cobertura feita pelas revistas noticiosas do país - CartaCapital, Época, IstoÉ e Veja -, sobre o resultado favorável ao *impeachment* de Dilma Rousseff, que foi afastada do cargo de presidente da República no dia 31 de agosto de 2016.

Partindo da premissa de que a cobertura do *impeachment* realizada pela imprensa brasileira foi muito criticada pela imprensa internacional e considerando que a mídia teve um papel importante para o resultado final do julgamento, a pesquisa pretende analisar como foi feita a cobertura pelas quatro revistas de notícia do Brasil

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XV Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

<sup>2</sup> Recém-graduada no curso de Jornalismo da Puc-Campinas, e-mail: gabisanfins1996@gmail.com

<sup>3</sup> Recém-graduada no curso de Jornalismo da Puc-Campinas, e-mail: natmagalhaes97@gmail.com

<sup>4</sup> Recém-graduada no curso de Jornalismo da Puc-Campinas, e-mail: saracrflorcio@gmail.com

<sup>5</sup> Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da PUC-Campinas, e-mail: ivetecardosoroldao@gmail.com

---

sobre a votação no Senado Federal, que decidiu pelo desligamento de Dilma do cargo de presidente da República.

Dessa forma, o foco da análise foi a cobertura do tema nas revistas, a fim de mostrar em que medida a cobertura feita pelas revistas reforça um comportamento parcial ou imparcial sobre o fato, além de também expor o posicionamento de cada uma delas.

### **Primeiro mandato de Dilma Rousseff**

O primeiro mandato do governo Dilma caracterizou-se pelo grande investimento em infraestrutura, e também pelos programas de erradicação da pobreza a partir da distribuição de renda e da fomentação do consumo das massas populares. Nesse sentido, o governo de Dilma pode ser visto como uma continuidade dos projetos realizados por Lula, uma vez que suas medidas também tinham como foco principal a inclusão social.

De acordo com Pinho (2016), ainda que no limiar de 2011 constasse que Dilma implantaria um sistema econômico de cunho ortodoxo a partir do aumento dos juros e do esforço fiscal, em agosto do mesmo ano, Dilma deu início a uma nova matriz macroeconômica, que fazia exatamente o oposto: previa a redução da taxa Selic, queda do IOF, aumento da oferta de crédito e a criação do “Plano Brasil Maior”, um programa do governo com o objetivo de movimentar a indústria brasileira, dentre outras medidas estratégicas para promover o setor tecnológico. Essa mudança fez com que o Brasil deixasse de ter uma economia de curto prazo e passasse a ter uma economia política fiscal anticíclica<sup>6</sup>.

Segundo Cornetet (2014), a passagem do governo Lula para o governo Dilma não apresentou mudanças bruscas no que diz respeito à burocracia e à estruturação doméstica, apenas pequenos ajustes como a manutenção dos objetivos de cada agente primário de mudança. Por outro lado, no que diz respeito à política externa, o governo Dilma mostrou-se muito mais reativo em relação ao governo Lula, tanto que as viagens ao exterior da presidente eram muito menos frequentes que as de seu antecessor, o que leva o autor a concluir que sua ênfase era na política interna do país.

Entretanto, ainda que tenha trabalhado em prol da infraestrutura, da economia e, principalmente, das questões sociais, de acordo com Pinho (2016), a falência do

---

<sup>6</sup> Política fiscal anticíclica consiste em um conjunto de medidas que contrariam ou atentam minimizar o efeito de um outro ciclo econômico

governo de Dilma Rousseff foi inevitável perante a ausência de reformas estruturais, o declínio das capacidades estatais e a resiliência do neoliberalismo, isso tudo somado aos escândalos de corrupção que eclodiram ao longo de seu mandato. No final do primeiro mandato do governo de Lula, em 2005, o escândalo do Mensalão veio à tona, já no governo de Dilma, além dos desdobramentos do Mensalão e das manifestações de rua em 2013<sup>7</sup>, foi quando eclodiu o principal caso de corrupção noticiado nos dias de hoje, a Operação Lava Jato, com início no dia 17 de março de 2014, quando, a partir de investigações, a Polícia Federal descobriu um esquema criminoso de lavagem de dinheiro que acontecia em um posto de gasolina em Curitiba.

Ainda que o PT não fosse o partido com o maior número de investigados, a Lava Jato interferiu diretamente no resultado das eleições de 2014, uma vez que, após um escândalo político de tamanha notoriedade, a adesão popular do PT já não era tão grande quanto foi em 2011, mas isso não impediu que Dilma vencesse novamente a disputa eleitoral.

### **Segundo mandato de Dilma Rousseff**

No dia 26 de outubro de 2016, Dilma Rousseff venceu o segundo turno contra Aécio Neves, com 51,6% de votos contra 48,3%, dando início ao segundo mandato de Dilma Rousseff, que durou pouco mais de um ano (2015-2016), mas ficou marcado na história do Brasil devido à eleição acirrada, à recessão na economia, aos diversos protestos, aos esquemas de corrupção e ao *impeachment*.

Com início em 1º de janeiro de 2015, o quarto governo do PT já começou com o encaminhamento do Executivo para o Legislativo de um ajuste fiscal denominado “programa de austeridade”, que, segundo Carleial (2015), também é chamado de “ajuste neoliberal”. Com muitos cortes de gastos e aumento de impostos, o ajuste tinha uma meta de fechar o ano com um superávit primário de 1,2% do PIB. Porém, cerca de dez meses depois, a meta teve que ser mudada para 0,8% do PIB, visto a impossibilidade de alcançar a primeira<sup>8</sup>. O motivo dessa mudança fiscal foi devido à União ter fechado o

---

<sup>7</sup> As manifestações de 2013 tiveram início com o intuito de protestar o aumento do valor da passagem do transporte público, entretanto, posteriormente tomou maiores proporções e desencadeou uma série de manifestações populares por todo o país como forma de reivindicar a qualidade dos serviços públicos, os gastos governamentais e a corrupção de forma geral.

<sup>8</sup> Números retirados de reportagem postada pelo Portal G1 em 07 de maio de 2015, com o nome de “Entenda por que o governo precisa fazer o ajuste fiscal em 2015”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/05/entenda-por-que-o-governo-precisa-fazer-o-ajuste-fiscal-em-2015.html>>. Acesso em: 19 mar 2017.

ano de 2014 no vermelho, ou seja, gastou mais do que ganhou. Segundo Carleial (2015, p. 202), Dilma tinha outro objetivo: “o ajuste neoliberal parece ter sido também uma tentativa de ser ‘aceita’ pelo grupo político derrotado e seus eleitores frustrados”.

As consequências dessa medida foram: o desemprego crescente a cada mês; a arrecadação do governo não aumentou, como era previsto com o corte de gastos; além do aumento da inflação e da taxa básica de juros.

Enquanto isso, manifestações aconteceram nas ruas de todo o Brasil, principalmente em São Paulo. O objetivo era protestar contra o governo Dilma e a favor da Operação Lava-Jato, que já estava em sua 9ª fase quando aconteceu o primeiro protesto *pró-impeachment*. As convocações para ir às ruas eram feitas por meio das redes sociais e organizadas pelo Movimento Brasil Livre (MBL)<sup>9</sup> e outros movimentos derivados dos grandes protestos de junho de 2013. As pessoas vestiam-se de verde e amarelo e levavam cartazes com dizeres “Fora Dilma”, “Lula Nunca Mais”, entre outros. Uma das marcas dessas manifestações foi um pato inflável gigante na Avenida Paulista, financiado pela FIESP (autora da Campanha “Não Vou Pagar o Pato”), que se referia ao aumento de impostos incluído no ajuste fiscal mencionado anteriormente.

A popularidade de Dilma Rousseff vinha caindo a cada dia, até chegar na sua pior marca de 23%. Devido ao descontentamento das ruas, à economia ruim e aos escândalos de corrupção ganhando as manchetes dos jornais, o governo perdeu mais um aliado importante: o PMDB. Antes de sair da base do governo, o partido havia lançado, em outubro de 2015, um plano de governo chamado “Uma Ponte Para o Futuro”. Michel Temer (PMDB), que era o vice-presidente do país, também era articulador político, mas abandonou esta função antes de lançar o documento.

Logo depois, no dia 2 de dezembro, o Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), aceitou o pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff formulado pelos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaína Paschoal, no qual acusavam a presidente de ter praticado “pedaladas fiscais”<sup>10</sup>. Alguns dias depois, em 8 de dezembro, em nome do PMDB, Michel Temer mandou à Dilma uma carta de rompimento com o governo, cortando a aliança que durou 13 anos.

---

<sup>9</sup> Movimento social criado em 2014 por Kim Kataguirí (na *Época* com 19 anos de idade), que defende o neoliberalismo e o republicanismo. Tem origem no grupo Estudantes para a Liberdade que tem filiais no mundo inteiro e é financiado pelos irmãos Koch, donos de uma grande petrolífera norte-americana.

<sup>10</sup> É a prática do Tesouro Nacional de atrasar de forma proposital o repasse de dinheiro para programas como o INSS. Assim, o governo apresenta todos os meses despesas menores do que elas deveriam ser na prática. As pedaladas as quais Dilma foi acusada chegavam a R\$ 40 bilhões.

## O processo de *impeachment*

Após quase um ano da reeleição, em 21 de outubro de 2015, foi entregue ao então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), através de parlamentares da oposição, o pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff, elaborado pelos juristas Hélio Bicudo, Janaína Paschoal e Miguel Reale Júnior. O pedido continha os seguintes argumentos: problemas de responsabilidade fiscal, abertura de créditos suplementares para o Orçamento sem aprovação do Congresso, prejuízos à Petrobrás e à Operação Lava Jato<sup>11</sup>.

A partir deste pedido, em 02 de dezembro, Eduardo Cunha autorizou a abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Depois da autorização, foi criada, através de reunião secreta, uma chapa alternativa para integrar a Comissão Especial do Processo de *impeachment*. No mesmo dia, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Edson Fachin, suspendeu a formação da Comissão Especial, alegando que as movimentações da Câmara deveriam ser adiadas até que o Supremo analisasse o caso<sup>12</sup>.

A votação no Supremo ocorreu em 17 de dezembro, tendo como resultado o veto à Comissão Especial constituída por chapa avulsa e a decisão da obrigatoriedade de uma votação aberta para a escolha da nova Comissão. Seguindo as determinações do Supremo, a nova votação na Câmara para a composição da Comissão Especial aconteceu na tarde de 17 de março. Na reunião, foram decididos os 75 deputados que fariam parte da Comissão Especial do *Impeachment*.

No dia 30 de março, foram analisados os argumentos tanto favoráveis, apresentados por dois dos autores do pedido, Janaína Paschoal e Miguel Reale Júnior, quanto contrários ao afastamento da presidente, apresentados pelo então ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, e o professor de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Ricardo Losi Ribeiro<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> Informação retirada de reportagem do dia 03 de dezembro de 2015, com o nome de “Leia a íntegra do pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff”, do site do El País. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/03/politica/1449161619\\_984402.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/03/politica/1449161619_984402.html)>. Acesso em: 29 mar 2017.

<sup>12</sup> Informação retirada de reportagem do dia 08 de dezembro de 2015, com o nome de “Ministro do STF suspende instalação da Comissão do *Impeachment*”, do site G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2015/12/ministro-do-stf-suspende-instalacao-da-comissao-especial-do-impeachment.html>>. Acesso em: 29 mar 2017.

<sup>13</sup> Informação retirada de reportagem do dia 01 de abril de 2016, com o nome de “Veja argumentos pró e contra em comissão do *impeachment* de Dilma”, do site do G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de->

Em 06 de abril, o relator da Comissão Especial, Jovair Arantes, fez a leitura do documento no qual recomendava que a presidente fosse julgada no Senado, pois, de acordo com ele, foram cometidos crimes de responsabilidade em seu mandato<sup>14</sup>. Este relatório foi analisado por todos os deputados integrantes da Comissão no dia 08 de abril e, no dia 11, ocorreu a votação, sendo 38 votos a favor a 27 contrários, além de quatro ausências, resultando no encaminhamento do processo ao plenário da Câmara<sup>15</sup>.

A Câmara dos Deputados, em 15 de abril, deu início ao julgamento da abertura do processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff, o qual teve duração de três dias. No primeiro, os autores do pedido tiveram a chance de se pronunciar sobre o caso, bem como a defesa da presidente, feita pelo advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo. Ainda, os líderes de todos os partidos, e até cinco deputados selecionados de cada um, poderiam manifestar suas opiniões. No dia seguinte, o cronograma foi composto apenas por discursos de deputados.

O último dia de julgamento foi marcado pela votação individual de todos os deputados. A sessão, com duração de cerca de seis horas, necessitava de 342 votos a favor para aprovar a proposta. O resultado foi composto por 367 votos favoráveis, 137 contrários, 7 abstenções e 2 ausências<sup>16</sup>. Os únicos partidos que foram absolutamente contrários ao impedimento de Dilma foram o PT, o PCdoB e o PSOL. Já os partidos que escolheram, por unanimidade, retirar a presidente do cargo foram o PSDB, o DEM, o PMB, o PPS, o PRB, o PSC, o PSL, o PV e o SD<sup>17</sup>. Com isso, o pedido de *impeachment* seguiu para o Senado Federal.

Aconteceu, no dia 25 de abril, a reunião que escolheu os vinte e um senadores titulares e suplentes da Comissão Especial do *Impeachment* do Senado. Os senadores

---

*impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/Veja-os-argumentos-pro-e-contra-o-impeachment-de-dilma.html*>. Acesso em: 30 mar 2017.

<sup>14</sup> Informação retirada do site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/506586-RELATORIO-DE-JOVAIR-ARANTES-RECOMENDA-ABERTURA-DE-PROCESSO-DE-IMPEACHMENT-CONTRA-DILMA.html>>. Acesso em: 30 mar 2017.

<sup>15</sup> Informação retirada de reportagem do dia 11 de abril de 2016, com o nome de “Comissão da Câmara aprova processo de *impeachment*”, do site da Revista *Veja*. Disponível em: <<http://Veja.abril.com.br/politica/comissao-da-camara-aprova-processo-de-impeachment/>>. Acesso em: 30 mar 2017.

<sup>16</sup> Informação retirada do site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/507325-CAMARA-AUTORIZA-INSTAURACAO-DE-PROCESSO-DE-IMPEACHMENT-DE-DILMA-COM-367-VOTOS-A-FAVOR-E-137-CONTRA.html>>. Acesso em: 30 mar 2017.

<sup>17</sup> Informação retirada de reportagem do dia 17 de abril de 2016, com o nome de “A votação do *impeachment* na Câmara”, do site do G1. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/politica/2016/processo-de-impeachment-de-dilma/a-votacao-do-impeachment-na-camara/>>. Acesso em: 30 mar 2017.

escolhidos para presidente e relator da Comissão foram, respectivamente, Raimundo Lira e Antonio Anastasia.

No dia 06 de maio, a Comissão Especial aprovou, com 15 votos favoráveis a cinco contrários, o prosseguimento do processo para a votação no plenário principal do plenário. O presidente, Raimundo Lira, se absteve de votar, pois só utilizaria seu voto em caso de empate<sup>18</sup>.

Durante os dias 11 e 12 de maio, o Senado votou favoravelmente, com 55 votos a 22. Com esse resultado, o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff foi aberto e a presidente sofreu um afastamento de 180 dias, nos quais o vice Michel Temer (PMDB) atuaria como presidente em exercício<sup>19</sup>. Quase um mês depois, no dia 01 de junho, José Eduardo Cardozo entregou ao Senado a defesa de Dilma, alegando que a presidente não cometeu crimes de responsabilidade e que o processo foi utilizado como vingança por parte do então presidente afastado da Câmara, Eduardo Cunha<sup>20</sup>.

Entre os dias 14 e 29 de junho, a Comissão Especial do *Impeachment* ouviu os depoimentos das testemunhas de defesa da presidente. Já no dia 28 de julho, o advogado de Dilma entregou à Comissão as alegações finais da fase intermediária do processo de impedimento.

Continuando as reuniões da Comissão Especial, em 02 de agosto, o relator Antonio Anastasia leu o documento em que analisa o caso de Dilma Rousseff e deu parecer favorável ao *impeachment*<sup>21</sup>. Ainda sobre o relatório de Anastasia, o mesmo foi julgado, em 04 de agosto, por todos os senadores participantes da Comissão e foi aprovado, por 14 votos a 5<sup>22</sup>. O próximo passo foi enviar o documento para votação no plenário do Senado, onde, em 10 de agosto, foi aprovado, por 59 votos a 21. O então

---

<sup>18</sup> Informação retirada de reportagem do dia 06 de maio de 2016, com o nome de “Comissão aprova relatório favorável ao prosseguimento do *impeachment*”, do site do G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/comissao-aprova-relatorio-que-recomenda-abertura-do-impeachment.html>>. Acesso em: 30 mar 2017.

<sup>19</sup> Informação retirada de reportagem do dia 12 de maio de 2016, com o nome de “Dilma é afastada da Presidência por 55 votos a favor e 22 contra”, do site O Globo. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/dilma-afastada-da-presidencia-por-55-votos-favor-22-contrario-19286831>>. Acesso em: 30 mar 2017.

<sup>20</sup> Informação retirada de reportagem do dia 01 de junho de 2016, com o nome de “Dilma pede inclusão no processo de *impeachment* dos áudios de Machado”, do site do G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/06/cardozo-vai-ao-senado-para-entregar-defesa-de-dilma-sobre-impeachment.html>>. Acesso em: 30 mar 2017.

<sup>21</sup> Informação retirada de reportagem do dia 02 de agosto de 2016, com o nome de “Ao vivo: relator dá parecer favorável ao *impeachment* de Dilma”, do site da Revista *Veja*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/politica/relator-na-comissao-do-impeachment-de-dilma-da-parecer-favoravel-a-processo-e-defende-julgamento-final/>>. Acesso em: 30 mar 2017.

<sup>22</sup> Informação retirada do site do Senado. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/04/relatorio-em-favor-do-julgamento-de-dilma-rousseff-e-aprovado-e-vai-a-plenario>>. Acesso em: 30 mar 2017.

presidente do Senado, Renan Calheiros, não apresentou seu voto na ocasião. O resultado indicava que a maioria dos senadores acreditava que havia provas suficientes para que Dilma fosse julgada no plenário do Senado, tornando-a ré<sup>23</sup>.

A partir do dia 29 de agosto, iniciou-se o julgamento do *impeachment* no Senado, reunião que teve duração de três dias. O primeiro dia foi reservado para o discurso de Dilma Rousseff, no qual ela se defendeu das acusações, alegando que a situação se caracterizava como um golpe de Estado. Ainda neste dia, os senadores se inscreveram para fazer perguntas para a presidente, a fim de interrogá-la sobre o caso<sup>24</sup>. No segundo dia, os senadores fizeram pronunciamentos, mostrando suas opiniões sobre o caso<sup>25</sup>. E, por fim, no dia 31 de agosto, ocorreu a votação, com 61 votos a 20, que ultrapassou o número necessário para resultar no desligamento de Dilma Rousseff da Presidência do Brasil (era necessário o apoio de 54 senadores para que o *impeachment* pudesse ser aprovado). Os partidos contrários ao impedimento, por unanimidade, foram o PT, a Rede e o PCdoB. Já os partidos que apresentaram todos os votos a favor foram o PSDB, o DEM, o PDT, o PPS, o PR, o PRB, o PSC, o PTC e o PV, além do senador Reguffe, sem partido<sup>26</sup>. Ainda no mesmo dia, os senadores votaram se Dilma ficaria sem exercer qualquer cargo público por oito anos, votação que não atingiu o número necessário para ser aprovada<sup>27</sup>. Com o *impeachment* de Dilma Rousseff, foi realizada, no mesmo dia, a posse de Michel Temer.

### **Relação entre Dilma Rousseff e imprensa**

A trajetória política de Dilma, até o momento de seu afastamento, foi alvo de críticas. A sua imagem representada nos diferentes veículos de comunicação do país

<sup>23</sup> Informação retirada de reportagem do dia 10 de agosto de 2016, com o nome de “Senado torna Dilma ré e processo de *impeachment* vai a julgamento”, do site UOL Notícias. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/08/10/senado-aprova-parecer-e-dilma-vira-re-em-processo-de-impeachment.htm>>. Acesso em: 30 mar 2017.

<sup>24</sup> Informação retirada de reportagem do dia 29 de agosto de 2016, com o nome de “Dilma aponta ‘golpe’ e diz que só o povo afasta pelo conjunto da obra”, do site do G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/dilma-discursa-no-julgamento-final-do-processo-de-impeachment-no-senado.html>>. Acesso em: 30 mar 2017.

<sup>25</sup> Informação retirada de reportagem do dia 25 de agosto de 2016, com o nome de “Saiba como será cada etapa do julgamento de Dilma no Senado”, do site do G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/saiba-como-sera-cada-etapa-do-julgamento-de-dilma-no-senado.html>>. Acesso em: 30 mar 2017.

<sup>26</sup> Informação retirada de reportagem do dia 31 de agosto de 2016, com o nome de “Placar do *impeachment* no Senado”, do site do jornal O Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/public/politica/placar-do-impeachment-senadores/votacao-final/>>. Acesso em: 30 mar 2017.

<sup>27</sup> Informação retirada de reportagem do dia 31 de agosto de 2016, com o nome de “Como foi a votação do *impeachment* de Dilma no Senado”, do site do El País. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/politica/1472665095\\_498137.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/politica/1472665095_498137.html)>. Acesso em: 30 mar 2017.



adquiriria significados diferentes de acordo com o contexto em que estava inserida. Os gestos, as posturas e as expressões faciais foram, constantemente, utilizados pelos jornalistas para caracterizar e denotar sua personalidade.

De acordo com o site da revista CartaCapital, a campanha evidentemente favorável à saída da presidente do governo feita pelos principais meios de comunicação<sup>28</sup> contribuiu para o julgamento negativo do governo Dilma e para a aprovação final do *impeachment* pela Câmara dos Deputados. Durante toda a tramitação do *impeachment* houve um alinhamento da chamada grande imprensa em defesa do processo.

A cobertura das manifestações fez com que as pessoas acreditassem que o *impeachment* era o desejo de grande parte da população e também a melhor solução para o fim dos problemas do país. Essa falsa realidade criada pela mídia, além de manipular a população, fez com que parlamentares do Congresso Nacional, que até então eram aliados do governo, votassem a favor do processo, que foi transmitido ao vivo pelas principais emissoras de televisão.

O dia da votação do *impeachment* apresentou um dos ápices da cobertura parcial da mídia. A maioria das emissoras apresentou a votação durante o dia todo, chamando a população para as manifestações a favor da saída da presidente. A Rede Globo, por exemplo, comentou sobre assuntos essenciais de maneira rasa, sem as devidas contextualização e problematização.

No geral, a cobertura de grandes veículos de comunicação brasileiros que tiveram cunho mais espetacular do que informativo, com pouca argumentação e explicação quanto ao assunto, foi duramente criticada por veículos internacionais. Estes, ao invés de se limitarem aos argumentos de parlamentares e a quantidade de pessoas protestando nas ruas, detalharam o processo de modo que pautaram e explicaram que os problemas políticos do país não se resolveriam após a votação. Também se preocuparam em explicar os motivos que levaram uma grande parcela da população brasileira a denunciar o processo como um “golpe em curso”.

---

<sup>28</sup> As informações relativas ao comportamento parcial da mídia nacional em relação ao processo de impeachment de Dilma Rousseff foram retiradas de postagem publicada no dia 18 de abril de 2016 no site da revista CartaCapital. Disponível em: <<https://www.CartaCapital.com.br/blogs/intervozes/a-legitimidade-do-impeachment-tramada-pela-grande-midia>>.

Alguns dos principais veículos da mídia estrangeira publicaram entrevistas analíticas e editoriais<sup>2930</sup> contestando o comportamento a cobertura da mídia brasileira. Enquanto o editorial do *The New York Times* alegou que o país passava por um momento de turbulência e defendia a permanência de Dilma como uma forma de garantir a manutenção das “instituições democráticas que são garantias últimas de estabilidade, credibilidade e governo honesto”, o *Financial Times*, conhecido por ser um grande crítico do governo Rousseff, ao mesmo tempo em que também não era a favor do processo, afirmava que, se substituída, a presidência do país seria ocupada “por outro político medíocre” que implementaria as mesmas medidas econômicas da presidente em vigor. O britânico *The Guardian* não hesitou em alegar que havia um grande interesse dos políticos de oposição em conseguir o *impeachment* de Dilma para instaurar um governo de centro-direita no país. Além destes, as versões brasileiras do *El País*, *The New York Times*, *The Wall Street Journal* e *The Washington Post* também demonstraram seu descontentamento quanto aos escândalos de corrupção contra vários parlamentares à frente do processo.

### **O olhar sob o fato**

Objetivando entender qual o espaço que as revistas noticiosas do país destinaram ao assunto na edição imediatamente posterior ao *impeachment* e como isso se apresentou, foi quantificado o espaço dedicado ao caso em cada publicação, levando em consideração o número de páginas, o tamanho da reportagem, a quantidade de fotos, a disposição da página (diagramação) e outros elementos informativos. Para tanto, foram selecionadas as edições n° 917 da CartaCapital (7 de setembro de 2016), n° 951 da Época (5 de setembro de 2016), n° 2.439 da IstoÉ (7 de setembro de 2016) e n° 4.594 da Veja (7 de setembro de 2016).

---

<sup>29</sup> As informações relativas às coberturas de veículos internacionais em relação ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff foram retiradas de postagem publicada no dia 28 de abril de 2016 no site da revista Carta Capital. Disponível em: <<https://www.CartaCapital.com.br/blogs/intervozes/o-olhar-da-imprensa-internacional-sobre-o-impeachment-no-brasil>>. Acesso em: 08 maio 2017.

<sup>30</sup> As informações relativas aos editoriais e entrevistas feitos por veículos estrangeiros em relação ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff foram retiradas de postagem publicada no dia 18 de agosto de 2015 no site da Uol. Disponível em: <<http://brasilianismo.blogosfera.uol.com.br/2015/08/18/em-editoriais-imprensa-estrangeira-se-coloca-contr-a-impeachment-no-brasil/>>. Acesso em: 08 maio 2017.



Capas das revistas CartaCapital, Época, IstoÉ e Veja, respectivamente

De acordo com os dados analisados, foi possível notar que todas as revistas classificaram a edição referente ao *impeachment* de Dilma Rousseff como ‘histórica’ ou ‘especial’. Algumas delas, como a *Época* e a *Veja*, diferentemente da *CartaCapital* e da *IstoÉ*, não colocaram chamadas em suas capas, o espaço foi totalmente utilizado com o objetivo específico de noticiar o afastamento da presidente.

A *CartaCapital* apresenta em sua capa a posse de Temer, que apesar de ser considerada uma solenidade, faz comparação com um enterro, confirmada pelo enquadramento da foto. Com essa foto, de certa forma, a revista já demonstra sua posição contrária em relação ao novo governo. A *Época* utilizou uma foto em preto e branco do Palácio do Planalto, no meio de uma tempestade, e fez forte uso da cor verde nas letras, simbolizando a esperança de dias melhores após o afastamento de Dilma Rousseff e a entrada de Temer no poder. A *IstoÉ* foi a publicação que mais se distanciou, pois utilizou em sua capa uma foto posada de Temer altivo, anunciando uma entrevista exclusiva com o mesmo. Nas letras, trouxe as cores verde e amarelo, com o objetivo de simbolizar o Brasil e a democracia. Já a *Veja*, apresenta em sua capa apenas o eletrocardiograma na cor vermelha, que pode denotar tanto a medicina (sangue) quanto ao partido (cujo logo é vermelho), com uma estrela no meio e depois uma linha reta, querendo mostrar a “morte” do governo do PT.

Com relação ao sumário, a *Veja* foi a revista que utilizou a maior foto (de Dilma Rousseff), a qual ocupou metade da página e, na parte escrita, havia somente uma menção à reportagem especial. As outras revistas colocaram fotos menores, chamadas para as reportagens especiais e para outras reportagens. Sobre as colunas, a *CartaCapital* apresentou o maior número; no total, três colunas, cada uma ocupando uma página,

além de uma charge sobre o afastamento da presidente na última página. Apenas a IstoÉ e a Veja produziram editoriais com o tema do *impeachment*.

Na composição das páginas, há uma semelhança em escolhas de diagramação, pois todas fizeram uso de grandes fotografias, principalmente espelhadas, ao longo das matérias especiais. A *Época*, ainda, utilizou infográficos para ilustrar a situação política brasileira. Ademais, as revistas *Época* e *Veja* diagramaram suas páginas destinadas ao *impeachment* de modo parecido, com molduras pretas em volta de toda a reportagem.

Não só isso, duas revistas fizeram capas internas, a fim de introduzir o conteúdo especial. A *Veja* apresenta uma contraposição em duas páginas, uma representando a Dilma e outra, Temer. Com diagramações parecidas, a introdução da parte de Dilma tem fundo preto e é chamada de “O fim...”, fazendo referência ao término de seu governo. A foto utilizada traz a presidente com a cabeça baixa durante um discurso, com feição desanimada. Já a página seguinte, tem um fundo branco, intitulada de “...e o começo”, com uma foto de Temer sorrindo, em um tom de vitória. As capas internas da IstoÉ também fazem uma comparação nítida entre os dois presidentes, afirmando a opinião da revista quanto a eles. A primeira capa é uma caricatura de Temer, acompanhada do título “Recolocar o Brasil nos trilhos”, que mostra o presidente puxando um trem, cujos vagões vêm denominados de ‘recessão’, ‘inflação’, ‘PEC dos gastos públicos’, ‘desemprego’ e ‘economia’, colocando-o como figura responsável por resolver estes problemas. As cores utilizadas na animação são, predominantemente, verde, azul e amarelo, remetendo à bandeira do Brasil e colocando Temer como símbolo da democracia. Já a capa seguinte, traz uma foto em preto e branco das costas de Dilma, saindo do local em que trabalhou durante tantos anos e, figurativamente, saindo do governo, com o título “O fim de uma era”.

No quesito das reportagens internas, as revistas separaram um grande espaço para o caso e cada uma, à sua maneira e seguindo a linha editorial das respectivas empresas, abordou o *impeachment* e as consequências que o mesmo iria trazer para o Brasil, além de outros assuntos relacionados, como o novo presidente Michel Temer e os novos rumos que a política brasileira tomaria a partir daquele momento. A *CartaCapital*, por exemplo, ocupou 34 das 66 páginas da revista. A *Época*, dentre as 90 páginas da publicação, 52 comentaram sobre o *impeachment*. Já na IstoÉ, das 106, 61 páginas foram utilizadas e, por fim, na *Veja*, 25 de suas 106 páginas abordaram o afastamento. Em análise numérica e percentual, foi possível notar que a revista IstoÉ

disponibilizou o maior espaço para o assunto dentre as quatro revistas, entretanto, a maioria foi destinada à entrevista de Michel Temer, mais especificamente, 42,5%, contra 17% de espaço total utilizado para falar sobre Dilma. CartaCapital, Época e Veja apresentaram em seu conteúdo, respectivamente, 51,5%, 58% e 23,5% do total da edição com matérias relacionadas ao *impeachment*.

Quanto às fotografias, todas foram utilizadas com significados intrínsecos, assim como diz Roland Barthes (1982), “a fotografia de imprensa, que não é nunca uma fotografia ‘artística’. Uma vez que a fotografia se dá por um análogo mecânico do real, sua mensagem primeira enche de algum modo plenamente sua substância e não deixa nenhum lugar ao desenvolvimento da mensagem segunda”. Então, tanto a Época, a IstoÉ e a Veja tentaram passar uma imagem negativa e irresponsável de Dilma, utilizando imagens em que ela sempre aparece de cabeça baixa, visivelmente preocupada ou desanimada com a situação atual. Também utilizaram o recurso preto e branco em suas fotos, como se o seu governo já fosse passado antes mesmo do resultado de seu afastamento. Já a CartaCapital, evidencia sua posição favorável à Dilma, com imagens coloridas e retratando momentos em que Dilma apareceu firme e de cabeça alta.

Sobre as mensagens de Michel Temer, a CartaCapital tentou passar uma imagem negativa do novo presidente, enquanto as outras três revistas tentaram enaltecê-lo. O mesmo aconteceu com relação aos aliados de cada governante. Ainda, pode-se dizer que a IstoÉ diferenciou-se consideravelmente em relação às demais revistas, por utilizar fotos posadas de Temer, mais parecendo um ensaio fotográfico e colocando-o como uma figura altiva. No geral, as quatro revistas utilizaram imagens grandes e espelhadas, ocupando toda ou grande parte da diagramação das páginas especiais.

### **Considerações Finais**

Após analisar o conteúdo das quatro revistas, pode-se concluir que a cobertura do resultado favorável ao *impeachment* de Dilma Rousseff na CartaCapital, Época, IstoÉ e Veja foram semelhantes em alguns aspectos e bem diferentes em outros. Os maiores contrastes com relação ao posicionamento de cada uma, contudo, são percebidos nas revistas CartaCapital e IstoÉ, que claramente se colocaram como contra e a favor do *impeachment*, respectivamente.

---

Em relação ao *impeachment*, a CartaCapital deixa claro, por meio de expressões como “golpe de Estado”, seu posicionamento contrário em relação ao mesmo. A *Época* também deixa bastante nítida sua posição, porém favorável ao episódio, até mesmo elogiando aqueles que contribuíram para o resultado do afastamento; não só isso, ainda deu a entender que a culpa de Temer ter ocupado o lugar de Dilma foi das pessoas que votaram nela, pois ele era seu vice-presidente. A *IstoÉ* mostrou-se favorável tanto ao *impeachment*, quanto ao novo governo, por ter sido a única revista que deu valor exacerbado ao mandato de Temer, o que pode ser percebido, principalmente, em sua entrevista exclusiva. Já a *Veja* também se mostrou favorável ao caso, mas de uma forma mais discreta do que as publicações anteriores.

No que diz respeito ao novo governo de Michel Temer, a CartaCapital o classifica como “golpista”, dentre outras nomeações, tentando passar uma imagem negativa do mesmo, além de colocar seu governo como um grande erro; a *Época* o coloca como vítima de todo o processo, enquanto a revista *IstoÉ* mostra o novo presidente como aquele capaz de colocar o país de volta nos eixos, enaltecendo-o e supervalorizando-o; a *Veja*, por sua vez, cita Temer quase no fim da reportagem, chamando-o de “presidente definitivo”.

Por meio desta análise de conteúdo, foi possível perceber que, apesar de ter sido considerado especial e/ou histórico pelas revistas, cada uma tratou o evento com particularidade. A CartaCapital fez uma ampla cobertura sobre o resultado favorável do *impeachment*, deixando clara sua posição contrária ao mesmo; em contrapartida, a revista *IstoÉ* realizou uma cobertura superficial sobre o *impeachment* em si, dando muito mais enfoque em Michel Temer e nas expectativas diante do novo governo, apagando a imagem de Dilma na publicação e, assim, deixando claro sua defesa ao afastamento da mesma. A *Época* também deu um recorte considerável ao caso, retratando desde o pedido do julgamento no Congresso Nacional até o resultado. A revista *Veja*, então, foi a que menos deu espaço e, mesmo assim, deu mais importância para falar sobre o PT e sua situação no mandato, do que no próprio *impeachment*.

Levando em consideração os manuais de jornalismo, sabe-se que as coberturas devem sempre ser pautadas na objetividade e na imparcialidade. Porém, o que se pode descobrir depois desta análise das quatro revistas é que, na prática, não é exatamente isso que acontece. As publicações deixam claro seus pontos de vista ao longo das

---

reportagens, prezando muito mais a defesa às suas linhas editoriais e às ideologias das empresas às quais pertencem, do que mostrar a realidade para o leitor.

Esses elementos estão presentes no processo de produção da reportagem e, além disso, a cultura e a formação humana do jornalista influenciam diretamente no seu trabalho, impactando o relatar do fato a partir dos princípios da objetividade e da imparcialidade. Isso pode ser percebido, como foi visto neste trabalho, através de termos empregados para descrever os personagens do fato, as fotos utilizadas, o significado das cores e até mesmo a diagramação das páginas.

## REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In LIMA, Luis Costa (org.), **Teoria e Cultura de Massas**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. In **Revista Estudos Avançados**, da Universidade de São Paulo. São Paulo, v. 29, n. 85, 2015.

CORNETET, João Marcelo Conte. **As políticas externas de Lula da Silva e Dilma Rousseff: uma análise comparativa**. 2014. 53 p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

PINHO, Carlos Eduardo Santos. Emergência e declínio do governo Dilma Rousseff à luz das capacidades do Estado brasileiro (2011-2016). In **Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento**, da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento (Assecor). Brasília, v. 6, n. 1, 2016.